



Comissão Mista de Orçamento vai analisar emendas à LDO

Após aprovação da Comissão Mista de Orçamento, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 precisa ser votado até o dia 17 de julho pelo Congresso Nacional

As comissões permanentes do Senado concluíram a aprovação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019. As propostas seguem agora para a análise da Comissão Mista de Orçamento. O projeto precisa ser votado até o dia 17 de julho em sessão do Plenário do Congresso Nacional.

Neste ano, cada uma das comissões do Senado pôde apresentar duas emendas. A Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo, optou por destinar mais recursos para área de segurança pública em suas propostas, aglutinando 78 emendas dos senadores. **3**



Edilson Rodrigues/Agência Senado — 26/6/2018

O relator na Comissão de Constituição e Justiça, Wilder Moraes, apresenta seu relatório às emendas da LDO em reunião presidida pelo senador Edison Lobão

Psicanalista e fisioterapeuta discutem saúde psíquica do bebê

A Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado promove hoje a palestra “Clínica com o Bebê: o olhar do psicanalista e do fisioterapeuta”. Participam a psicanalista Inês Catão e a fisioterapeuta Maria Vannina,

com mediação do pediatra Laurista Corrêa Filho.

A palestra se destina especialmente a profissionais das áreas de educação, saúde e desenvolvimento social, pais e cuidadores em instituições de acolhimento. **2**

UFMS



Vida emocional dos bebês começa logo após o nascimento, dizem especialistas

Debatedores criticam lobby rodoviário no Brasil

Para especialistas que participaram ontem de audiência da Comissão de Direitos Humanos, o Brasil precisa investir no modal ferroviário e encontrar maneiras de impedir a influência excessiva do lobby rodoviário na definição das políticas de transporte.

O vice-presidente da comissão, Paulo Paim, disse que o debate foi motivado pela crise provocada pela greve dos caminhoneiros. **4**



Gerardo Magela/Agência Senado

Representando o governo, Martha Martorelli fala ao lado de Paulo Paim

Comissão Senado do Futuro faz audiência sobre Fundo Constitucional do DF

A Comissão Senado do Futuro discute hoje a gestão e a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal. O fundo é repassado anualmente pela União para pagar investimentos e salários de segurança pública, saúde e educação. **2**

Nova lei de imigração não resolve problema dos venezuelanos, diz senador

O senador licenciado Telmário Mota disse, em entrevista à TV Senado, que a nova lei de imigração, sancionada no dia 21, é insuficiente para resolver a situação de Roraima, principal porta de entrada dos imigrantes venezuelanos. **2**

Câmara e Senado: a democracia conectada

Visite nossa bancada na Campus Party

Palestras

Parlathon (o nosso hackathon)

Desafio VisitApp

De 27 de junho a 1º de julho
Estádio Mané Garrincha
#CamaraeSenadoNaCampus

SENADO FEDERAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Saúde psíquica do bebê é tema de palestra no Senado

A psicanalista Inês Catão e a fisioterapeuta Maria Vannina falarão sobre suas práticas clínicas com bebês e mostrarão como as duas áreas podem atuar juntas em benefício da saúde das crianças

“CLÍNICA COM O Bebê: o olhar do psicanalista e do fisioterapeuta” é o tema da palestra que a Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado realizará hoje com a psicanalista Inês Catão e com a fisioterapeuta Maria Vannina. O debate será mediado pelo pediatra e neonatologista Laurista Corrêa Filho.

A palestra é destinada a profissionais das áreas de educação, saúde e desenvolvimento social, pais e cuidadores em instituições de acolhimento, além de legisladores, gestores, professores, estudantes e membros de organizações da sociedade civil.

Segundo os organizadores, por muitos séculos os bebês foram vistos como incapazes de experimentar sentimentos humanos antes de adquirirem a fala. Estudos realizados por psicanalistas contribuíram para a mudança dessa noção, a exemplo do trabalho de Sigmund Freud, que em 1925 detalhou a vida mental da criança em *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*.



Bebês são vistos hoje como possuidores de vida mental e de emoções

No ano seguinte, em *Inibição, Sintomas e Angústia*, ele mostrou que fetos e bebês têm vida psíquica. Entre 1970 e 1990, a visão sobre o comportamento dos bebês mudou ainda mais, e eles passaram a ser vistos como humanos inteiros, com sentimentos, emoções e capacidade de ouvir e de serem tranquilizados ou angustiados.

Na palestra, as duas profissionais falarão sobre práticas clínicas com bebês e mostrarão como a psicanálise e a fisioterapia multiplicam as possibilidades uma da outra.

Inês Catão coordena a equipe de psiquiatria do Hospital

da Criança de Brasília e é autora do livro *O Bebê Nasce pela Boca: voz, sujeito e clínica do autismo*. Maria Vannina Simões é fisioterapeuta da equipe de atendimento a prematuros do Hospital Regional de Taguatinga (DF). O mediador, Laurista Corrêa Filho, além de pediatra e neonatologista, especializou-se em saúde da mulher e da criança pela Sorbonne — Universidade Paris V.

Às 15h, no auditório do Interlegis
Inscrições (grátis):
primeirainfancia@senado.leg.br
(61) 3303-3423
(61) 3303-3430

Requião desaprova reoneração de indústrias

Roberto Requião (MDB-PR) lamentou a decisão do Congresso de manter o veto presidencial referente à lei que reonera a folha de pagamento de alguns setores para compensar a redução do preço do diesel.

— É um convite ao desemprego, um estímulo à demissão dos empregados — disse.

Apesar de indústrias terem sido excluídas do benefício, foi mantida pelo governo a desoneração para empresas de comunicação, o que motivou críticas do senador.



Roque de São Agência Senado

Regina condena declarações de ministro do Turismo

Regina Sousa (PT-PI) afirmou que o ministro do Turismo, Vinicius Lummertz, perdeu a oportunidade de ficar calado ao minimizar o assédio de brasileiros a russas durante a Copa. Ela considerou um absurdo o ministro ter dito que “não morreu ninguém” e que não era necessária tanta celeuma.

— O senhor está na Rússia para promover o turismo brasileiro e diz isso? O ministro deveria pedir desculpas às mulheres brasileiras, pois foi machista e constrangedor.



Roque de São Agência Senado

Disputas internas no STF prejudicam país, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) chamou a atenção ontem para disputas internas no Poder Judiciário quanto à interpretação das leis, o que a seu ver gera instabilidade e insegurança jurídica. O pronunciamento da senadora foi motivado por dois fatos recentes: a decisão da Segunda Turma do STF de soltar o ex-ministro José Dirceu, condenado a 30 anos de prisão, e o pedido do ministro Marco Aurélio para que seja marcada a data do julgamento definitivo da prisão em segunda instância.



Roque de São Agência Senado

Comissão debate gestão do Fundo Constitucional do DF

A Comissão Senado do Futuro (CSF) se reúne hoje para discutir a gestão e a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal. A audiência pública, requerida pelo presidente do colegiado, senador Hélio José (Pros-DF), está marcada para as 16h.

O fundo é repassado anualmente pela União. O dinheiro é usado para pagar investimentos e salários dos servidores da segurança pública, além de parte dos vencimentos da saúde e da educação. Para 2018, estão previstos R\$ 13,6 bilhões. A gestão dos recursos é de responsabilidade do Poder Executivo local.

— Diante da crise financeira

atravessada pelo governo do Distrito Federal e dos problemas de segurança pública enfrentados pela capital federal, julgamos oportuna a realização de audiência pública para discutir a aplicação dos recursos, verificando os possíveis impactos sobre o futuro da capital do país — argumenta Hélio José.

Foram convidados para a audiência pública representantes das Secretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão, Saúde, Educação, Fazenda e Segurança Pública e Paz Social. Também devem participar do debate integrantes do Corpo de Bombeiros e das Polícias Civil e Militar do Distrito Federal.

Segundo Telmário, nova lei de imigração não resolve questão

Em entrevista à TV Senado, o senador licenciado Telmário Mota (PTB-RR) disse que a Lei 13.684 é insuficiente para resolver a situação de Roraima, principal porta de entrada dos imigrantes venezuelanos que fogem da crise no país vizinho. O texto, que foi sancionado no dia 21, cria um comitê de assistência a imigrantes em situação vulnerável, prioriza políticas de saúde, educação e ajuda humanitária e prevê a interiorização de venezuelanos.

Estima-se que o país tenha recebido mais de 90 mil venezuelanos desde 2015, metade dos quais teriam permanecido. O Brasil é o segundo destino mais procurado, perdendo para a Colômbia.

— Roraima está à beira de um colapso. O governo federal foi muito lento em tomar providência — criticou Telmário no *Salão Nobre*.

Ele defendeu uma intervenção da ONU e da comunidade internacional na política venezuelana para pacificar o país vizinho.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Toxoplasmose em Santa Maria (RS)

9h Audiência sobre surto de toxoplasmose em Santa Maria (RS).

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Sessão sem votações, destinada a avisos e discursos da Mesa.

CSF Fundo Constitucional do Distrito Federal

16h Audiência para debater a gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Previsão atualizada às 13h30 de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissões concluem aprovação de emendas ao projeto da LDO de 2019

Comissão Senado do Futuro aprovou emendas na semana passada. Propostas seguem agora para análise da Comissão Mista de Orçamento

NA TERÇA-FEIRA, 12 comissões permanentes do Senado e uma comissão mista aprovaram emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (PLN 2/2018). Neste ano, as comissões permanentes podem apresentar duas emendas ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO.

As propostas seguem agora para a análise da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O projeto precisa ser votado até o dia 17 de julho em sessão do Plenário do Congresso Nacional. Caso não seja votado até essa data, pode inviabilizar o recesso parlamentar, que vai de 17 de julho a 1º de agosto.



Senadores Reditário Cassol, Otto Alencar, presidente da Comissão Ciência e Tecnologia, e Waldemir Moka, vice

Edilson Rodrigues/Agência Senado - 26/6/2018

Raupp elogia Advocacia-Geral da União e Sebrae

Em discurso ontem, Valdir Raupp (MDB-RO) citou dados do *Panorama 2017*, documento da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre ações contra a União julgadas improcedentes. Com isso, houve economia de R\$ 1 trilhão para os cofres públicos.

Na terça-feira, o senador destacou a importância crescente do agronegócio em Rondônia, que tem chamado a atenção por sua produtividade e sua tecnologia. Ele elogiou o Sebrae, que apoia os pequenos produtores rurais do estado, responsáveis por 70% dos alimentos consumidos no estado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Humberto, há descaso com vacinação infantil

Humberto Costa (PT-PE) acusou o ex-ministro da Saúde Ricardo Barros, de utilizar R\$ 500 milhões de sobras do orçamento do Ministério da Saúde, para viabilizar candidatura ao Senado.

Enquanto o ex-ministro usou dinheiro da Saúde para promover a sua campanha, continuou o senador, 2017 foi o ano com o pior índice de vacinação de bebês e crianças nos últimos 16 anos.

— Eu espero que esse governo tome uma medida séria para garantir que voltemos a ter a cobertura que já tivemos anteriormente.



Mareia Maniz/Agência Senado

Lindbergh aplaude decisões recentes do STF

Lindbergh Farias (PT-RJ) elogiou as decisões do Supremo Tribunal Federal que inocentaram a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e proibiram a condução coercitiva nos casos em que não há resistência a intimações judiciais. Ele mencionou a decisão da Segunda Turma do STF de conceder a possibilidade do ex-ministro José Dirceu, condenado a 30 anos de prisão, a recorrer em liberdade.

O senador afirmou que as decisões tomadas contra as lideranças do PT são “armações” e “manobras orquestradas”.



Mareia Maniz/Agência Senado

CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou propostas que visam o aprimoramento da Polícia Federal e o investimento em infraestrutura e modernização do sistema penal. O relator, Wilder Moraes (DEM-GO), aglutinou emendas de vários senadores para essas áreas, entre as 78 apresentadas.

CI

A Comissão de Infraestrutura aprovou emendas pela viabilização de obras em rodovias. A primeira é voltada à construção de trecho rodoviário na BR-230 (Rodovia Transamazônica), entre os municípios de Humaitá e Lábrea, no Amazonas. A segunda é destinada à construção de trecho rodoviário na BR-319, que liga Porto Velho a Manaus.

CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos recebeu 85 propostas, das quais 7 de redação e 2 de conteúdo.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), aceitou uma emenda para beneficiar a promoção e o desenvolvimento de micros e pequenas empresas, e outra para o Programa de Desenvolvimento Industrial. O senador disse que programa observa a vocação econômica das microrregiões do país, estimulando a competitividade e reduzindo as desigualdades interregionais.

CAS

Na Comissão de Assuntos Sociais, o relator, Eduardo Amorim (PSDB-SE), sugeriu o acatamento do pedido de estruturação da Unidade de Atenção Especializada em

Saúde e de estruturação da rede de serviços de atenção básica da saúde. O senador escolheu os assuntos mais recorrentes pelos integrantes da comissão.

CMA

A Comissão de Meio Ambiente optou por apoiar a implementação de instrumentos estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Entre eles, estão a coleta seletiva, sistemas de logística reversa e ferramentas de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. A outra emenda está relacionada à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade.

CRA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária destinou recursos para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária e para a transferência de tecnologias desenvolvidas para a agropecuária. O relator da proposta, Rodrigues Palma (PR-MT), aglutinou a maior parte das 76 emendas apresentadas ao Anexo de Metas.

CDR

O relator na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Paulo Rocha (PT-PA), selecionou uma emenda que destina recurso às obras de integração do Rio São Francisco com as bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte); e outra que beneficia a obra de transposição do Rio São Francisco (Canal do Xingó).

CRE

O relatório de Aírton Sandoval (MDB-SP) na Comissão de Relações Exteriores e De-

fesa Nacional recomendou a aquisição das aeronaves KC-390 pela Força Aérea Brasileira (FAB) e a implantação do sistema de defesa estratégico Astros 2020, de responsabilidade do Exército.

CMMC

A primeira emenda aprovada pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas destina recursos para pagar pelo menos 20 ações de estudos, projetos ou empreendimentos que tenham por objetivo mitigação e adaptação à mudança do clima. A segunda emenda manda recursos para ações de monitoramento da cobertura da terra e do risco de queimadas e incêndios florestais pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A emenda vai bancar pelo menos 30 mapas de monitoramento do órgão.

CE

A primeira emenda aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte beneficia os institutos federais de educação. A segunda emenda resultou da fusão de propostas e destina recursos para a educação básica. As duas emendas resultaram da fusão de propostas de vários senadores.

CCT

O relator na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Jorge Viana (PT-AC), priorizou propostas que destinam recursos para pesquisa e desenvolvimento. A primeira emenda é voltada para a inovação e processo produtivo. A segunda destina-se ao apoio de pesquisas para o desenvolvimento de

tecnologias visando a inclusão social e desenvolvimento sustentável.

CDH

Das emendas selecionadas pela relatora, Regina Sousa (PT-PI), a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou a que destina recursos para a proteção de direitos de crianças e adolescentes, composta a partir da fusão de sete emendas. A segunda emenda resultou da fusão de cinco e é voltada para promoção de políticas de igualdade e direitos das mulheres.

CTFC

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor acatou uma emenda voltada para a proteção e defesa do consumidor e outra de apoio à alfabetização, à educação de jovens e adultos e a programas de elevação de escolaridade.

O relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), justificou a escolha com base no critério das áreas temáticas de maior preferência dos membros da comissão e na possibilidade de atendimento a um maior número de beneficiários em todas as regiões do país.

CSF

A Comissão Senado do Futuro já tinha aprovado as emendas à LDO 2019 na semana passada, beneficiando a implantação do Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica, a partir de painéis fotovoltaicos e o setor de telecomunicações, visando o processo de inovação tecnológica, por meio da padronização de equipamentos produzidos no país.

Lobby rodoviário é prejudicial, conclui debate

Participantes de audiência da Comissão de Direitos Humanos afirmaram que o Brasil precisa investir no modal ferroviário em busca de um modelo mais racional de transporte

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) realizou ontem uma audiência em busca de alternativas para que a sociedade pressione mais o poder público visando a um modelo mais racional na área de transportes. Segundo informou o vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), a audiência nasceu a partir da crise de abastecimento e mobilidade provocada pela recente greve dos caminhoneiros, que explicitou a enorme dependência que o Brasil possui do modal rodoviário.

Para o especialista Carlos Penna Brescianini, do blog Ambiente & Transporte, diversas investigações tocadas há mais de 10 anos por Polícia Federal e Ministério Público deixam claro que esquemas corruptos interligando interesses do lobby rodoviário com o financiamento de campanhas fizeram com que o país adotasse um modelo completamente distorcido de transporte, que desconsidera os interesses sociais.

Com base em documentos oficiais, ele mostrou que o Brasil já teve um sistema ferroviário forte, que, após um



Carlos Penna Brescianini fala para Joel Amaral, Maria Rosa Ravelli e Paulo Paim, vice-presidente da comissão

boicote estrutural, acabou reduzindo ao mínimo o transporte de pessoas.

— Em 1961, tínhamos 40 mil quilômetros de ferrovias. Quase todo o Sul-Sudeste era interligado, interiorizando para o Nordeste, além da Madeira-Mamoré na Região Norte. Hoje são só 11 mil quilômetros, com 99% voltado ao transporte de cargas.

Essa realidade se repetiu nas grandes cidades, que usavam trens e bondes no transporte

interno das pessoas. A infraestrutura foi em grande parte desmontada, não sendo substituída a contento pelos atuais sistemas de metrô ou trens urbanos na maior parte delas, segundo Brescianini.

Capital

O especialista mostrou também que, em Brasília, estruturas e planejamentos voltados ao modal ferroviário foram abandonados ou adaptados para o modal rodoviário,

com enorme desperdício de recursos.

Professora da Universidade de Brasília (UnB), Maria Rosa Ravelli afirmou que um dos argumentos utilizados no Brasil para o menor investimento no modal ferroviário é a demora para conclusão das obras. No entanto, ela disse que o setor vem passando por um enorme avanço tecnológico, tendo a China como maior modelo.

— De 10 anos para cá, os chineses construíram mais

de 3 mil de novos trilhos lá. Com base em força-tarefa, já conseguem construir linhas novas de metrô num único dia. Não é possível que o Brasil vá ser o último país do mundo a abandonar a prioridade às rodovias — criticou.

A professora acrescentou que em diversas capitais já existem movimentos sociais que lutam pela construção de linhas de veículos leves sobre trilhos (VLTs), mas que paradoxalmente enfrentam enorme resistência dos poderes públicos locais.

A consequência disso, como ressaltou o representante da ONG Usometrô, Joel Amaral, são milhões de trabalhadores e estudantes sofrendo todos os dias em ônibus lotados, mal-conservados, caros e lentos, dependendo horas em longas viagens de ida e volta.

— É irracional que, em todas as capitais deste país, os ônibus estejam lotados às 5h da manhã e vazios às 10h. Quem é mais pobre sofre demais, tem que acordar no máximo às 4h da madrugada para não atrasar a chegada no trabalho, porque é obrigado a usar ônibus — lamentou.

Produção de etanol de milho no Centro-Oeste será discutida

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fará uma audiência pública para debater a produção de etanol de milho no Centro-Oeste. Requerimento com esse objetivo

foi aprovado na terça-feira no colegiado.

O autor do pedido, senador Rodrigues Palma (PR-MT), pretende ouvir os ministros da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento, Blairo Maggi, de Minas e Energia, Moreira Franco, e do Meio Ambiente, Edson Duarte, entre outras autoridades, sobre relatório socioeconômico e ambiental

da produção de etanol de milho em Mato Grosso.

De acordo com o documento, divulgado pela consultoria Agroicone em maio, a indústria de etanol de milho tem

grande potencial para gerar renda e emprego no estado e no Brasil, além de ajudar a reduzir a emissão de gases de efeito estufa quando comparado com a gasolina.

Paulo Rocha apoia MP sobre agente comunitário de saúde

Paulo Rocha (PT-PA) defendeu a aprovação da medida provisória que regulamenta a atividade dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (MP 827/2018). O texto torna essencial e obrigatória a presença desses agentes na Estratégia de Saúde da Família e na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

— Os agentes estão na luta do dia a dia nas comunidades mais isoladas para garantir à população mais carente o direito à saúde preventiva — disse o senador.

Para ele, a MP faz justiça à categoria, ao tratar do piso salarial e da jornada de trabalho desses profissionais. Paulo Rocha disse que o trabalho dos agentes comunitários colabora para a qualidade da saúde da população.



Moreira Matiz/Agência Senado

Elmano aponta crescimento da taxa de homicídios

Elmano Férrer (Pode-PI) afirmou que o aumento da violência é o problema que atualmente mais atormenta a população. Ele mencionou os dados oficiais, segundo os quais ocorreram mais de 62 mil homicídios no Brasil em 2017. Além disso, o país tem 17 cidades entre as 50 cidades mais violentas do mundo.

O senador destacou que Natal, Fortaleza e Belém estão entre as dez cidades mais violentas do mundo e que Teresina também sofre com a escalada da violência.

Para ele, a impunidade é uma das causas do aumento da violência. Menos de 10% dos homicídios são solucionados no Brasil, observou. O senador cobrou dos governantes mais investimentos em investigação, inteligência e integração das forças policiais.



Moreira Matiz/Agência Senado

Jorge Viana critica financiamento do transporte público

O senador Jorge Viana (PT-AC) pediu a aprovação de emendas orçamentárias para garantir recursos para a área de ciência e tecnologia. O senador afirmou que as restrições orçamentárias impedem a continuidade de projetos e atividades importantes para todo o país.

As emendas aprovadas pela comissão destinam recursos para inovação, processo produtivo e tecnologias que busquem inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Na terça-feira, ele criticou o forma de financiamento do sistema de transporte público.

— O Brasil adotou uma política de deixar o financiamento do sistema de transporte sob a responsabilidade do preço da passagem. É o usuário mais pobre que financia todo o sistema.



Roque de Sá/Agência Senado

Hélio José destaca aniversário de 25 anos de São Sebastião

Hélio José (Pros-DF) destacou os 25 anos de São Sebastião (DF). Ele afirmou que a localidade reúne um grande número de piauienses e que, antes de seu surgimento, os habitantes da região dedicaram-se à fabricação de tijolos e telhas, que seriam utilizados na construção de Brasília.

O senador disse que a cidade, hoje com 100 mil habitantes, surgiu ao lado da nova capital brasileira, acolhendo gente que veio ao Planalto Central em busca de melhores oportunidades de vida.

Hélio José lembrou que algumas agrovilas deram origem a condomínios em São Sebastião. O senador classificou de “absurdo” o fato de alguns moradores da região não terem escritura pública de suas residências, o que contraria a legislação.



Roque de Sá/Agência Senado

Medeiros condena decisão do STF que libertou José Dirceu

José Medeiros (Pode-MT) criticou ontem a decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) de conceder liberdade provisória a presos condenados em segunda instância na Operação Lava Jato, como o ex-ministro e ex-deputado José Dirceu. Em sua opinião, o STF está agindo com parcialidade.

Segundo o senador, “ou somos escravos da lei ou nosso tecido jurídico e social vai derreter”.

— A lei precisa ser para todos para que a sociedade funcione, não pode ser só para ladrão de galinha.

Na terça-feira, ele enalteceu o trabalho das polícias federais e estaduais no combate ao tráfico de armas e drogas.

— A população quer saber para onde o Brasil caminha em relação à segurança.



Moreira Matiz/Agência Senado